



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO
CNPJ: 24.517.351/0001-32

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 30/2023

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

Objeto: Processo de despesa para aquisição de um veículo automotor zero quilômetro para execução das atividades finalísticas da Câmara Municipal de Doutor Severiano.

1. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. Aquisição de um veículo automotor zero quilômetro para compor a frota de veículos do Legislativo Municipal, conforme especificações na tabela abaixo:

<i>Item</i>	<i>Especificação do bem</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Quantidade</i>
1	<ul style="list-style-type: none">- Veículo automotor zero quilômetro;- Capacidade mínima de cinco lugares;- Ano modelo 2023/2024; zero km, sem registro de propriedade anterior;- Cor preferencialmente branco;- Motorização: 1.0 a 1.5;- Combustível: álcool e gasolina;- Potência mínima: 100 cv;- Câmbio manual;- Portas: 5 portas, sendo 4 laterais e 1 um porta mala;- Porta malas: capacidade mínima de 250 L;- Ar condicionado;- Direção hidráulica;- Vidros dianteiros e traseiros elétricos;- Travas elétricas nas portas;- Alarme;- Airbag duplo;- Freios ABS;- Película de segurança com proteção térmica e de luminosidade, na cor escura fumê, de acordo com a	Unidade	1 unidade

	transparência regulamentada pelo CONTRAN; - Kit multimídia; - Protetor de cárter; - Jogo de tapete; - Itens de série e demais equipamentos de segurança exigidos pelo PROCONVE, CONAMA e CONTRAN. - Garantia de no mínimo 12 meses; - Incluso emplacamento.		
--	---	--	--

1.2. A contratação resta justificada diante da necessidade da Administração de possuir na sua frota oficial um veículo próprio, visto que o veículo hoje utilizado pelo Legislativo foi cedido pela Prefeitura e já possui alguns anos de uso, possui mais de 150 mil quilômetros rodados, necessitando constantemente de manutenção.

1.3. Ademais, a Câmara Municipal, além do atividades típicas legislativas e fiscalizatórias, ainda demanda de um veículo para deslocamento constante para a capital do Estado, para participação de cursos, encontros institucionais e ainda em razão de parceria para emissão de RG's junto ao ITEP.

1.4. O contrato terá vigência a contar da assinatura do termo de contrato até 31 de dezembro de 2023.

2. DA FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

2.1 O veículo licitado será fornecimento no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar da emissão da ordem de compra e será recebido por servidor fiscal designado pela Presidência da Câmara, que na ocasião verificará a conformidade da nota fiscal e fará constar eventuais irregularidades.

2.2 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO, CNPJ/MF nº 08.392.846/0001-52, sediada na Rua Princesa Isabel, nº 07, Centro, Doutor Severiano/RN, CEP: 59.910-000, de acordo com as informações constantes da ordem de compra.

2.3 O veículo deverá ser entregue na sede do Legislativo Municipal, em dia útil, no horário das 07:00 às 12:00 horas.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio eventual fornecimento em desconformidade com o objeto contratado;
- 3.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, dando prazo máximo de 48 horas para substituição ou correção do defeito;
- 3.4. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 3.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;
- 3.6. Cientificar, por escrito, o Contratado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações;
- 3.7. Instaurar procedimento administrativo próprio para apurar inexecução total ou parcial do contrato, bem como, ao final, em caso de constatação de vícios/falhas, aplicar as sanções previstas em lei, objeto de tópico específico neste termo de referência;
- 3.8. Interpelar administrativamente ou judicialmente a Contratada, pleiteando o que de direito for necessário.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência;
- 4.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Câmara Municipal de Doutor Severiano, como também por todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, resultantes deste contrato e que porventura venham a ser criados em âmbito Federal, Estadual ou Municipal;
- 4.3. Entregar o veículo no prazo pactuado na sede do Legislativo Municipal, emitindo e entregando Nota Fiscal referente ao referido bem;
- 4.4. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;
- 4.5. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme prelecionado no Código de Defesa do Consumidor;
- 4.7. Indicar preposto para representa-lo durante a execução do contrato;
- 4.8. Atender prontamente a contratante, quando necessário;
- 4.9. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

6. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto e do contrato.

7.3. A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.7. Incumbe ao fiscal do contrato o recebimento da nota fiscal/fatura apresentada pela contratada e a devida atestação de adequação do fornecimento, para fins de liquidação e pagamento;

7.8. A Câmara Municipal indicará um representante titular e, quando possível, um substituto, para fins de acompanhar a execução do serviço e cumprimento do objeto deste processo;

7.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco)

dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.1. o prazo de validade;

8.3.2. a data da emissão;

8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.3.4. o período de prestação dos serviços;

8.3.5. o valor a pagar; e

8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.5.1. não produziu os resultados acordados;

8.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital ou no ato da contratação.

8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.12.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

8.12.3. As demais medidas no que tange ao pagamento, em especial a necessidade de seguimento de ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recurso, estão previstas na Lei 8.666/93 e na Resolução nº 028/2020, que deverá ser estritamente observada nessa contratação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.2 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.1.3 **Multa**, no percentual máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do objeto não fornecido ou serviço não prestado, no caso de inexecução parcial ou total do objeto;

9.1.4 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.1.5 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.1.6 **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

9.1.7 **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.1.8 As demais sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.1.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.1.10 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

9.1.11 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.1.12 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o ente federado poderá cobrar o valor residual judicialmente.

9.1.13 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.1.14 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.1.15 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.1.16 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.1.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

10.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme previsto no art. 27 e seguintes da Lei 8.666/93.

10.2 O fornecedor será escolhido mediante processo licitatório, na modalidade pregão, com adoção do critério de julgamento menor preço.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

11.1 O custo estimado da contratação será formado através de pesquisa mercadológica, a ser elaborada pelo setor competente, com metodologia prevista na legislação pertinente a matéria.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1 A presente contratação correrá por conta de dotação específica e própria alocada no orçamento geral da Câmara Municipal de Doutor Severiano/RN, conforme declaração de adequação a ser anexada pela Tesouraria ao presente processo administrativo.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1 A presente contratação será regida pela Lei 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, bem como demais legislações atinentes a matéria.

Doutor Severiano/RN, 05 de outubro de 2023.

Sibele Cristina de Castro Souza
Sibele Cristina de Castro Souza
Secretária